



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA



REQUERIMENTO Nº 04/2025

Monte Castelo, 17 de março de 2025.

Requer um levantamento dos impactos financeiros para o pagamento do piso do magistério e demais funcionários não impactados pela reforma administrativa.

A Sua Excelência o Senhor
Vereador Roberto Carlos Barankievicz
Presidente da Câmara de Vereadores
Monte Castelo - SC

A vereadora que este subscreve vem respeitosamente, usando das prerrogativas regimentais, com base no artigo 152, inciso IX e artigo 154, inciso V do Regimento Interno, requerer que, após lido e ouvido o Plenário na forma regimental, seja encaminhado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, Sr. Sirineu Ratochinski, expediente solicitando um levantamento dos impactos financeiros para o pagamento do piso do magistério e demais funcionários não impactados pela reforma administrativa.

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação tem como objetivo analisar a viabilidade do pagamento do piso salarial do magistério e garantir o cumprimento da legislação federal. A valorização dos profissionais da educação é fundamental para a qualidade do ensino e para o futuro do município.

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento da legislação federal e a valorização dos profissionais da educação, solicito o levantamento dos impactos financeiros para o pagamento do piso salarial do magistério, conforme previsto na Lei Federal Nº 11.738/2008.

Além disso, solicito informações sobre os impactos financeiros para o pagamento dos demais funcionários públicos municipais que não serão impactados pelo quadro de cargos e salários da reforma administrativa.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA



(FL. 2 de 2)

A solicitação de informações sobre os demais funcionários públicos municipais que não serão impactados pela reforma administrativa visa garantir a justiça e a equidade na remuneração dos servidores públicos.

Esta vereadora, que também exerce a função de docente, manifesta sua indignação com o fato de que os professores municipais ainda não recebem o valor do piso salarial previsto em lei federal. Através deste pedido de informações, busca-se analisar a viabilidade do pagamento por parte do executivo do município, e que seja apresentado um plano de ação para que o pagamento do piso seja realizado.

Ângela Maria Nalevaia Roskamp
Vereadora